Comissão de Finanças e Tributação

PROJETO DE LEI N.º 1.692, de 2007

“Dispõe sobre as atividades de redução de danos entre usuários de drogas, visando a prevenir a transmissão de doenças, e dá outras providências.”

Autora: Deputada Cida Diogo

Relator: Deputado Pepe Vargas

1. RELATÓRIO

O Projeto de Lei em epígrafe, de autoria da Deputada Cida Diogo, dispõe sobre a redução de danos entre usuários de drogas, com o objetivo de prevenir a transmissão de doenças. A proposta prevê que o Sistema Único de Saúde atuará para prevenir e reduzir a transmissão de infecções entre os usuários de drogas.

Apreciado na Comissão de Seguridade Social e Família, substitutivo à proposta foi aprovado, nos termos do Parecer Vencedor da Relatora, Deputada Rita Camata, contra os votos dos Deputados Pastor Pedro Ribeiro, João Campos, Miguel Martini, Índio da Costa e Germano Bonow. O Deputado Saraiva Felipe apresentou voto em separado, e o parecer do Deputado Dr. Talmir passou a constituir voto em separado.

Encaminhado à Comissão de Finanças e Tributação, fomos honrados com a designação para relatá-lo.

Aberto o prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

2. VOTO DO RELATOR

Cabe a esta Comissão apreciar os aspectos financeiros e orçamentários públicos da proposição quanto à sua compatibilidade com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, e adequação quanto ao orçamento anual, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RI, arts. 32, X, “h” e 53, II) e de Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação, que “estabelece procedimentos para o exame de compatibilidade ou adequação orçamentária e financeira”, aprovada pela CFT em 29 de maio de 1996.

A proposta em comento legisla sobre a política de redução de danos em saúde pública, de acordo com os princípios fundamentais presentes na Constituição Federal da promoção da saúde e da cidadania, juntamente com a oferta e garantia de tratamento para o usuário de drogas. Ademais, o SUS já abarca em seu âmbito de atribuições todos os tipos de ações e serviços de saúde, inclusive aqueles relacionados com a prevenção e tratamento de quaisquer danos decorrentes do uso de substâncias que causem dependência.

Nesse contexto, entendemos que o Projeto não implica aumento ou diminuição de despesas, mas sim planejamento e organização de determinados serviços de saúde já realizados pelo SUS.

Diante do exposto, **voto pela não implicação em aumento ou diminuição de despesas ou receitas públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei n.º 1.692, de 2007, na forma do substitutivo aprovado na Comissão de Seguridade Social e Família.**

Sala da Comissão, em 16 de junho de 2009.

Deputado Pepe Vargas
Relator